

## CARTA DOS EDITORES CONVIDADOS

O debate sobre eugenia realizado neste número especial, “A eugenia latina em contexto transnacional”, revisita o conceito de “eugenia latina” proposto no livro de Nancy Stepan *A hora da eugenia*. Desde a publicação dessa obra, há 25 anos, a historiografia tem salientado a diversidade do movimento eugenista e apontado que, enquanto a eugenia anglo-saxã, sustentada por concepções mendelianas sobre hereditariedade, teria se caracterizado por políticas de intervenção direta na constituição biológica das populações, a eugenia latina, inspirada no neo-lamarckismo, formulou políticas de intervenção mais suaves, acreditando que o melhoramento das condições de vida dos grupos humanos refletiria no seu aperfeiçoamento biológico. As questões que têm sido pesquisadas e debatidas nos últimos anos giram em torno do questionamento sobre até que ponto é lícito falar em uma eugenia *soft* em oposição a uma *hard*. Os artigos que abordam diferentes contextos nacionais, como Itália, Espanha, Portugal, Argentina, Brasil e Estados Unidos, bem como a circulação de ideias entre eles, refletem sobre essas questões a partir de pesquisas empíricas e diferentes perspectivas interpretativas.

Em 1899, Rudyard Kipling escreveu o poema *The white man's burden*, que, ao conceber a civilização dos povos colonizados como dever moral do homem branco, constitui um dos mais significativos documentos da mentalidade imperialista. Maria Odila da Silva Dias recorreu a esse poema para, na década de 1970, analisar a *História do Brasil* escrita pelo poeta Robert Southey como um exemplar da mentalidade do Império Britânico. Nesta edição, de modo alternativo, no artigo “Novas raças, novas doenças: a possibilidade colonizadora por meio da mistura racial em *History of Brazil (1810-1819)* de Robert Southey”, Flávia Florentino Varella, da Universidade Federal de Santa Catarina, argumenta que, para Southey, a mistura do colonizador português com o colonizado funcionava como uma espécie de “enxerto” que ajudava a superar as doenças e as adversidades climáticas nos trópicos. Varella sustenta que a argumentação do historiador-poeta no início do século XIX em relação à mistura racial estava ligada menos às práticas imperialistas britânicas do que à possibilidade de colonização do Brasil.

Mais de 50 anos após a obra de Southey, Domingues Guedes Cabral publicaria o livro que passou a ser considerado um marco na recepção do darwinismo no Brasil. Juanma Sánchez Arteaga, Ronnie Jorge Tavares de Almeida e Charbel Niño El-Hani, todos da Universidade Federal da Bahia, exploram como Guedes Cabral realizou sua leitura da obra de Darwin de forma associada a uma concepção poligenista da origem das raças humanas. Embora propusesse uma política de educação generalizada, seu projeto político encontrava o limite nas diferenças inatas entre as raças. Os brancos, lembrando a expressão de Kipling, carregariam negros e índios como um fardo.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016000500001>

O artigo de Luc André Berlivet, do Cermes3 do Centre National de la Recherche Scientifique, dedicado a Corrado Gini, investiga as expedições científicas organizadas pelo Comitato Italiano per lo Studio dei Problemi della Popolazione para o estudo de populações. Analisando os estudos das expedições, o italiano apontava as limitações do mendelismo. Berlivet demonstra que a “diplomacia científica” ajudou a estabelecer uma rede de eugenistas entre a Europa e a América Latina que veio a resultar, na segunda metade da década de 1930, na Federação Latina Internacional de Sociedades Eugênicas.

Richard Mark Cleminson, da University of Leeds, indica que o médico português Almerindo Lessa foi o responsável pela conferência inaugural da Federação Latina Internacional de Sociedades Eugênicas. Suas posições se alinham à eugenia latina. Lessa defendia que a mistura racial proporcionava “enxertos” apropriados à melhor adaptação a outras regiões, e, com isso, a população branca ganhava resistência às doenças. Por outro lado, ao trazer à tona outras vozes do movimento eugenista em Portugal, Cleminson argumenta que há um equilíbrio tênue entre diferentes versões de eugenia de 1930 a 1960, pois há também uma conexão de eugenistas portugueses com importantes eugenistas alemães, como Eugen Fischer.

Analisando o caso brasileiro, Vanderlei Sebastião de Souza, da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, também chama a atenção para a diversidade de conexões internacionais. O autor demonstra que tanto o médico Renato Kehl quanto o médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto construíram suas concepções eugênicas a partir do diálogo com eugenistas alemães e com o norte-americano Charles Davenport. Os dois autores se aproximaram do mendelismo, mas assumiram posições opostas sobre a aplicação das medidas eugênicas. Enquanto Roquette-Pinto considerava a população mestiça saudável, Kehl defendia a desigualdade entre as raças e apontava a miscigenação como o principal problema do país.

Ana Carolina Vimieiro-Gomes, da Universidade Federal de Minas Gerais, lança luz aos debates sobre identidade nacional durante o primeiro governo Vargas, quando a biotipologia se afirmava nos campos médico e científico brasileiros. Não se tratava de questionar a miscigenação, mas de classificá-la em detalhes, como demonstram os estudos sobre a biotipologia do homem do Nordeste e do paulista. Os tipos diversos do Nordeste tiveram sua importância reconhecida na colonização, e sua força era a prova da viabilidade da miscigenação entre brancos, negros e índios. Os estudos sobre os paulistas apontavam para a “excepcionalidade da mestiçagem” resultante da ausência do negro e da assimilação dos imigrantes europeus e lembravam o ideal do branqueamento. A classificação biotipológica não eliminava, assim, a hierarquização das populações.

Ricardo Campos, do Consejo Superior de Investigaciones Científicas da Espanha, argumenta em seu artigo que mesmo Antonio Vallejo-Nágera, que se coaduna com a eugenia latina, sustentava uma teoria da degeneração em que os germens que ameaçavam a *hispanidad* não eram biológicos, mas ideológicos, e se apresentavam sob os véus da “democracia” e do “marxismo”. Vallejo-Nágera instaurou um gabinete de investigações que transformou os prisioneiros republicanos em objeto de estudo a fim de entender, a partir da “personalidade biopsíquica”, as “predisposições constitucionais ao marxismo”. Uma concepção maleável do humano traduziu-se em práticas nada suaves.

Debatendo com a historiografia recente sobre a eugenia, Diego Armus, do Swarthmore College, argumenta que, nas muitas vezes em que se procura apontar para a existência de

uma eugenia *hard* nos países latinos, nem sempre é possível provar a efetividade de medidas radicais. As propostas da eugenia negativa para com as mulheres tuberculosas, por exemplo, foram marginais no mundo das práticas. Nem os abortos impostos, nem a regulação do matrimônio, nem o registro biotipológico da população foram decisivos no modo como viviam os tuberculosos.

É sobre o tema dos registros antropométricos que trata o artigo de Mercedes García Ferrari (Universidad Nacional de General Sarmiento) e Diego Galeano (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), onde discutem o modo pelo qual, na zona de sombra entre teoria e prática, ocorre o estabelecimento da datiloscopia, um registro que envolvia tão somente as impressões digitais dos detidos. Algumas das principais dificuldades no estabelecimento de um aparato estatal de antropometria nos serviços de polícia eram sua complexidade e seu alto custo. É nesse contexto que o método proposto por Juan Vucetich a partir da cidade de La Plata acaba por se firmar não apenas na Argentina, mas no Uruguai, no Chile e no Brasil.

O artigo de Alexandra Minna Stern, da University of Michigan, sobre as práticas de esterilização forçada em instituições psiquiátricas – ou de “imbecis”, segundo os termos da época – na Califórnia nos faz pensar que a diferenciação entre políticas eugênicas *soft* e *hard* não devem ser desconsideradas e sua relativização não deve levar ao abandono de categorias como “eugenia latina” e “eugenia anglo-saxã”. Nos EUA, desde 1907, ao menos sessenta mil pessoas foram esterilizadas. Essa política de eugenia negativa possuía, além do mais, um viés marcadamente racista, posto que a proporção de indivíduos de origem mexicana esterilizados era maior que a geral.

A discussão sobre imperialismo e o debate sobre a pertinência de, a partir do tratamento dado à miscigenação, diferenciar modelos de políticas coloniais são abordados na entrevista de Warwick Anderson, da University of Sydney, concedida a Marcos Cueto e Ricardo Ventura Santos. O número inclui ainda entrevista de Jerry Dávila, da University of Illinois, que estuda o papel do pensamento racial nas políticas públicas e movimentos sociais e intelectuais no Brasil do século XX. O lugar da eugenia no mesmo contexto é também tema das três notas de pesquisa que compõem o suplemento.

Este número especial nos leva a refletir sobre a persistência de práticas eugênicas mesmo após a Segunda Guerra Mundial e a correspondente desestruturação da eugenia como movimento organizado. A eleição de Donald Trump nos EUA, o crescimento de movimento xenófobos na Europa, a insistente presença da ideia de “raça” e o fortalecimento de uma pauta contrária aos direitos das minorias no Brasil e na América Latina mostram a atualidade do tema tratado. A história da eugenia deve, nesse sentido, servir para problematizar as consequências de discursos e práticas reacionárias, racistas e excludentes, independentemente de se viver em países latinos ou anglo-saxões.

*Ana Carolina Vimieiro-Gomes*

*Robert Wegner*

*Vanderlei Sebastião de Souza*